

Dólar vai a R\$ 5,32 com incerteza fiscal após PEC de gastos

Dólar dispara e vai a R\$ 5,32 após Senado aprovar gasto de R\$ 41,25 bi

Aumentar despesas em meio a cenário externo nebuloso deixa país mais vulnerável, dizem analistas

Clayton Castelan e Douglas Gavras

SÃO PAULO A PEC (proposta de emenda à Constituição) que estabelece um estado de emergência para ampliar e criar novos auxílios sociais, aprovada pelo Senado nesta quinta-feira (30), é uma medida eleitoral que pode ter efeitos positivos a curto prazo, mas a longo prazo deve piorar o cenário fiscal, avaliam analistas. A PEC traz medidas que terão custo total de R\$ 41,25 bilhões.

A notícia da aprovação piorou o humor dos mercados nesta sexta-feira (1º), já abalados pelos temores de uma forte desaceleração global.

O dólar subiu 1,72%, para R\$ 5,3220, maior valor desde 4 de fevereiro. Durante a manhã, a divisa chegou a saltar 2,24%, quando tocou a máxima do dia, de R\$ 5,3390.

Investidores redobram a cautela devido ao sentimento de que a disputa eleitoral vai ampliar o risco fiscal. "O mercado está lendo como uma medida para tentar angariar votos nas eleições", afirma Fernanda Consorte, economista-chefe do Banco Ourinvest.

Analista diz que o Brasil corre um risco doméstico adicional ao colocar em andamento uma PEC que amplia os gastos do governo, que se soma ao temor da recessão mundial, que direciona o mercado. O sentimento foi reforçado pelo resultado abaixo do esperado do índice que acompanha a atividade industrial nos EUA.

O movimento generalizado de investidores em busca de segurança levou o dólar a ganhar valor sobre quase todas as moedas de países emergentes nesta sexta. O real ficou entre as quatro mais depreciadas, considerando 24 divisas monitoradas pela Bloomberg.

Aumentar gastos públicos nesse cenário significa colocar o Brasil em uma situação de vulnerabilidade para lidar com a desaceleração mundial em 2023, pois uma das consequências da crise global tende a ser a queda na arrecadação, diz Nicola Tingas, economista-chefe da Acrefi (associação de empresas de crédito e financeiras).

Se, por um lado, o país terá menos dinheiro em caixa, por outro, precisará gastar mais com o pagamento de juros da dívida pública, ressalta.

"Os estímulos criados pela PEC terminarão neste ano, mas a pressão inflacionária que eles geram levará mais tempo para diminuir, obrigando o Banco Central a manter os juros elevados por mais tempo", comenta Tingas.

Otto Nogami, do Insper, também destaca os efeitos negativos sobre inflação, despesa e dívida pública.

"Compromete a política fiscal e vai na contramão do Banco Central, que poderá elevar ainda mais a taxa básica de juros. A combinação desses fatores impactará negativamente sobre o crescimento da economia, comprometendo ainda mais as perspectivas para o futuro."

Continue na pág. A17

*** O que está na PEC**

AUXÍLIO BRASIL

• Amplia o piso de R\$ 400 para **R\$ 600** até o fim do ano; 18,15 milhões de famílias já estão hoje no programa social

• Zera a **fila de espera**; governo prevê que pode elevar público contemplado a 19,8 milhões de famílias

AUXÍLIO GÁS

Ampliar o valor para **R\$ 120**, pagos a cada bimestre; em junho, 5,7 milhões de famílias receberam R\$ 53, equivalente a 50% do preço médio do botijão de 13 kg

CAMINHONEIROS AUTÔNOMOS

Cria um **auxílio de R\$ 1.000**

IDOSOS

Autoriza repasse de **R\$ 2,5 bilhões** para bancar **gratuidade** no transporte público urbano

ETANOL

Autoriza até **R\$ 3,8 bilhões** em **subsídios**

TAXISTAS

Cria **auxílio** até o limite de **R\$ 2 bilhões**

ALIMENTA BRASIL

Autoriza repasse extra de **R\$ 500 milhões** para programa que financia a aquisição de alimentos de **agricultores familiares** para doação a **pessoas carentes**

Quais são os riscos eleitorais?

A lei eleitoral proíbe a implementação de novos benefícios no ano de realização das eleições, para evitar o uso da máquina pública em favor de um dos candidatos. As únicas exceções são programas já em execução ou quando há calamidade pública ou estado de emergência

Qual é a solução do governo?

Instituir um estado de emergência, regulamentado via PEC, permitindo a criação do novo benefício a caminhoneiros e a ampliação dos benefícios já existentes, mesmo sendo ano eleitoral

Bolsa e dólar em 2022



Dólar dispara e vai a R\$ 5,32 após Senado aprovar gasto de R\$ 41,25 bi

Continuação da pág. A15

Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados, considera que a abordagem do governo só tem piorado o cenário fiscal, com consequências de depreciação do câmbio, o que piora a inflação.

"Há um efeito de curto prazo para a população mais pobre, certamente, mas em termos de impacto na economia não muda o crescimento deste ano, pela piora que leva aos outros indicadores. Utilizar todo o arsenal de medidas por uma questão eleitoral piora muito o cenário para 2023. Vai se construindo um cenário de difícil gestão de política econômica."

Para o economista André Braz, coordenador dos índices de preços da FGV, ainda é difícil saber o efeito final, dados o elevado número de incertezas, com a Guerra da Ucrânia, a evolução dos novos casos de Covid e a eleição. "A PEC focou em coisas que são para conter o avanço da inflação, mas a gasolina, por exemplo, é um item de luxo, que contribui para a classe média. Devemos esperar a curto prazo uma redução dos preços, mas depois o saldo volta. É claramente uma medida para o governo, mas a própria política monetária enxerga que não é duradoura."

Ele ressalta que no ano que vem vai ser preciso correr atrás de uma inflação repressada, apenas adiando o problema atual. "É complicado operar nesse mundo, em que a gente não sabe qual vai ser a repercussão na política fiscal no longo prazo."

Bernard Appy, do Centro de Cidadania Fiscal, lembra que a maioria dos economistas entende que a melhor política para o momento atual, de alta nos preços e seu impacto sobre as famílias de baixa renda, é ampliar a transferência de renda. "O problema é que o governo focou inicialmente em medidas de redução de preços dos combustíveis, a partir disso é que veio a PEC e é preciso olhar o impacto fiscal do todo."

Câmara pode anexar PEC em outra para acelerar processo

Danielle Brant, Raquel Lopes e Renato Machado

BRASÍLIA O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), estuda anexar a PEC que autoriza bilhões para caminhoneiros, taxistas e Auxílio Brasil em ano eleitoral a um texto sobre biocombustíveis que tramita em uma comissão especial na Casa.

A informação foi divulgada pelo líder do governo na Câmara, deputado Ricardo Barros (PP-PR), em uma rede social. "A PEC dos benefícios aprovada no Senado se

rá votada na Câmara em rito a ser decidido na reunião de líderes com Arthur Lira nesta segunda [27]", escreveu — em uma versão posterior do texto, Barros suprimiu o nome do presidente da Câmara, mas manteve as demais informações.

Ele indicou que a ideia é pensar o texto à PEC 15, que trata de biocombustíveis, e votar sem alterações os textos aprovados no Senado. Segundo Barros, o relator dessa PEC na comissão especial da Câmara, Danilo Forte (União CD), ainda está analisando a técnica legislativa.

A proposta, aprovada pelo Senado na quinta (30), institui um estado de emergência para permitir que o presidente Jair Bolsonaro (PL) fuja do teto de gastos e abra os cofres públicos a pouco mais de três meses das eleições.

A PEC dá aval ao governo para turbinar programas sociais até o fim do ano sem esbarrar em restrições da lei eleitoral, que existem para evitar o uso da máquina pública em favor de algum candidato. Bolsonaro ocupa o segundo lugar nas pesquisas de intenção de voto, atrás do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Essa PEC, então, seria apensada à proposta que busca preservar um regime favorecido aos biocombustíveis — que poderiam ter perda de competitividade com as medidas para reduzir o custo da gasolina e do diesel aprovadas recentemente.

O texto tramita em uma comissão especial na Câmara, após ser aprovado pela CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) no dia 20 de junho. Regimentalmente é possível pensar uma PEC a outra já tramitando, desde que haja pertinência temática.

A PEC traz medidas que terão um custo total de R\$ 41,25 bilhões — valor maior que os R\$ 38,75 bilhões acertados na véspera, em mais um movimento de aumento da fatura. Quando as medidas para atacar a alta de combustíveis começaram a ser discutidas, o gasto extra era projetado em R\$ 29,6 bilhões.

A oposição criticou qualquer tentativa de acelerar a tramitação da PEC. Líder do PT na Câmara, o deputado Reginaldo Lopes (MG) chamou a proposta de "PEC da boca de urna".

"É uma PEC criminoso e eleitoreira. Eu falei com o Arthur Lira que ela virar antirregimental e antidemocrática é um absurdo. Ela deve seguir o caminho do trâmite do regimento da Casa, CCJ e comissão especial", disse.

Ele defendeu mudanças no texto, em especial na parte que trata do reconhecimento do estado de emergência "decorrente da elevação extraordinária e imprevisível dos preços do petróleo, combustíveis e seus derivados e dos impactos sociais deles decorrentes."

PEC é ilegal e deveria ser questionada antes da eleição, diz advogado

Para especialista, proposta cria estado de emergência artificial, e Auxílio pode ser elevado sem alterar Carta

ENTREVISTA ALBERTO ROLLO

Eduardo Cucolo

SÃO PAULO A PEC (proposta de emenda à Constituição) do Estado de Emergência aprovada no Senado na quinta-feira (30), é inconstitucional e deveria ser barrada pelo STF (Supremo Tribunal Federal), afirma o advogado Alberto Rollo, especialista em Direito Eleitoral.

Para evitar que o presidente Jair Bolsonaro (PL) se beneficie da proposta que atropela a legislação eleitoral, o melhor caminho seria contestar o dispositivo assim que ele for promulgado pelo Congresso.

Um questionamento posterior às eleições — ou à liberação do dinheiro previsto — pode levar à cassação do registro da candidatura ou do diploma, em caso de reeleição, mas essa seria uma decisão menos provável, avalia o especialista, pois o presidente poderá alegar que agiu de boa-fé e com base na legislação vigente.

PEC inconstitucional

Se aprovada, será uma PEC inconstitucional. É um estado de emergência criado de forma artificial. Se [o governo] suspende o decreto de calamidade pública, é porque não tem emergência agora em relação à pandemia. Estado de emergência e de calamidade pública, para efeitos de pandemia, é a mesma coisa. Em relação à guerra, ela já tem quatro meses. Então é uma emergência fabricada.

Aumento do auxílio sem PEC

Por que foi fabricada essa emergência? Ai vamos entrar na lei eleitoral. O parágrafo 10 do artigo 73 fala que não pode conceder benefícios a não ser em casos de emergência, calamidade pública, tem as exceções lá. inclusive ressaltado programa social já existente. O aumento da verba do programa social está contemplado ali. Para aumentar de R\$ 400 para R\$ 600 não precisa de PEC. A lei fala que pode aumentar. Tem jurisprudência do próprio TSE, porque não está criando um novo programa. A PEC quer mais. Não é só aumentar o programa social. Quer criar programa novo, dos caminhoneiros, para os táxis, querem fazer coisas novas, quando a lei expressamente proíbe.

Quem vai questionar o STF

Então faz PEC para dizer que está acima da lei, que não vale a lei eleitoral. Há um desvio de finalidade de muito flagrante que contamina essa PEC. Isso tem de ser questionado no STF. A oposição não vai fazer isso, porque votou covardemente aprovando a PEC.

O Lula vai questionar? Claro que não. Mas tem um agente político que tem de agir que é o Ministério Público. Ai, quem vai decidir é o STF. Os ministros podem decidir que o Congresso tem o direito de declarar emergência e que, se declarou, realmente não vale a lei eleitoral. Tudo bem, deixa o STF dizer isso. Mas alguém tem de provocar. O procurador tem a obrigação de agir. Vamos ver. Quem sabe ele não surpreende e faz alguma coisa.



Alberto Rollo, 52 É sócio do escritório Alberto Rollo Advogados Associados, com atuação nas áreas de direito eleitoral, direito político e partidário, administrativo, civil e empresarial

Antes da eleição

O ideal seria questionar antes das eleições. É possível pedir liminar para que essa conduta seja cessada imediatamente. Pode ser depois. Ai vai dizer que houve prática de conduta vedada para querer a cassação do registro ou do diploma se ele for reeleito. Vai ter de provar que ele foi beneficiário, é muito mais difícil, mas é possível fazer depois também. É uma conduta vedada, e uma conduta vedada, se praticada, leva à cassação do registro ou do diploma.

Boa-fé do presidente

Vamos dizer que demore para um ministro do STF decidir. Aquilo que foi feito nesse período, o presidente pode dizer que fez de boa-fé. Quando praticou o ato, a emenda estava em vigor, só foi suspensa depois. Não agiu dolosamente para burlar a lei. Vai ter essa justificativa. De qualquer forma, não dá para negar que foi uma movimentação maliciosa, para burlar a lei, mas inteligente, porque você tem a questão da emergência prevista na lei e a PEC, que está acima da lei. É um passo que gera dúvida, gera discussão.

Vai criar um precedente

Agora, qualquer governante de plantão vai dizer, olha tem uma emergência porque teve enchente ou seca não sei onde, vamos criar uma exceção à lei eleitoral. É um precedente perigoso. A gente está com o Estado democrático de Direito prejudicado. Por que a lei traz essas condutas vedadas? Elas são de 2006 [ano da reeleição do ex-presidente Lula]. A lei é de 1997, mas a alteração do dispositivo é de 2006. O Congresso fez isso para evitar o casuismo, que o governante de plantão possa se auto beneficiar. Eu abro os cofres públicos. Provoco um rombo fiscal tremendo, mas me reelejo. É isso que a lei quer evitar.

Desgaste do Supremo

Os juízes não são eleitos. Juiz tem de ter compromisso com a Constituição. Vão cair de pau no Supremo, pedir impeachment dos ministros. Tenho certeza. Só que eles não estão lá para serem populares, mas para decidirem de acordo com a Constituição e a lei.

“Agora, qualquer governante de plantão vai dizer, olha tem uma emergência porque teve enchente ou seca não sei onde, vamos criar uma exceção à lei eleitoral. É um precedente perigoso. A gente está com o Estado democrático de Direito prejudicado”

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Mercado **Caderno:** A **Página:** 15 e 17